

4. As Crianças de Belo Monte

4.1 A criança como questão para a História.

No momento que esta dissertação, que se debruça sobre a violência contra menores no sertão da Bahia em 1897, a violência envolvendo menores está na ordem do dia, aparece estampada nos jornais e está todas as noites no noticiário da televisão. Educadores, psicólogos, juristas, jornalistas e a população buscam respostas, enquanto projetos de lei sobre a redução da maioridade penal ou aumento do tempo de reclusão para crimes bárbaros voltam à discussão com acalorados argumentos contra e a favor.

De um lado, as crianças são consideradas pela indústria um nicho de mercado que cresce a cada dia, assim como crescem os produtos desenvolvidos para criar e satisfazer as necessidades dos pequenos. Pais debatem sobre as dificuldades de educar, sobre a influência da televisão, sobre limitar ou não as horas de seus filhos à frente do computador, sobre a importância de atividades extra-escolares, sobre a necessidade de horas livres para o lazer. Psicólogos e educadores especializam-se no universo infantil, elaboram teorias, escrevem trabalhos. Escolas buscam em novas metodologias, novos currículos e novas tecnologias novas e melhores formas de educar. Juristas elaboram e discutem códigos de proteção e assistência à infância e à juventude.

Do outro lado da moeda da realidade brasileira, cresce a violência que atinge milhares de crianças e jovens pobres das grandes cidades. Trabalhos em comunidades carentes, ONGS, ações com apoio da Unicef, oficinas de teatro, incentivos ao esporte tentam dar a estas crianças outras perspectivas e distanciar-las do crime. Ações são empreendidas no sentido de combater o trabalho infantil, a prostituição de menores, a pedofilia.

A infância tem sido uma preocupação constante seja pelo viés das relações familiares, da educação, seja pelo triste viés da violência. No meio acadêmico não tem sido diferente. A produção de teses, livros e coletâneas sobre a infância tem ganhado corpo nas últimas décadas. Pesquisadores buscam, na perspectiva da histórica e dos novos temas que esse campo trouxe para os estudos históricos o tema da criança e da infância. São trabalhos que vão desde as

pesquisas pioneiras de Maria Luiza Marcílio e da equipe que formou na USP até publicações mais recentes como a organizada por Mary Del Priore na coletânea *A História da Criança no Brasil*¹, que apresenta artigos que mapeiam, na diacronia, a história das crianças entre nós desde a colônia, até o final dos anos 90. Ou ainda, a coletânea *História social da infância no Brasil*² organizada por Marcos Freitas. A coletânea de Irma Rizzini *crianças desvalidas, indígenas e Negras no Brasil*³ que trabalha com as crianças que viveram a margem da sociedade na colônia, no Império e na República. O livro *Assistência a Infância no Brasil*⁴, da mesma autora, que pesquisou na perspectiva da ciência política, a construção de política de assistencial à criança entre tantos outros exemplos.

O tema da criança, analisada em diferentes perspectivas, também começa a aparecer em teses e dissertações acadêmicas apresentadas em outras áreas, mas com um viés de análise histórica. É o caso da dissertação de Adriana Vianna, publicada em livro com o título *O mal que se advinha*⁵, que se ocupa, no campo da antropologia, mas sem perder a perspectiva histórica da relação entre as práticas policiais e a menoridade nas ruas do Rio de Janeiro ao analisar as instituições de coerção e assistência aos menores entre 1910 e 1920. Há ainda, inúmeros estudos sobre leitura infantil como o de Regina Zilberman e Marisa Lajolo: *um Brasil para crianças*⁶, Nos Programas de pós graduação em educação, são muitas as teses e dissertações que abordam o tema da criança em uma perspectiva histórica, como por exemplo Zita de Paula Rosa, *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*⁷.

Entre os mestres e doutores em História brasileiros o tema das crianças também passa a ser objeto de teses e dissertações. É o caso de Renato Pinto Venâncio⁸, de Vanda Lúcia Praxedes⁹, Andréa da Rocha Rodrigues¹⁰, Arethuza

¹ Mary DEL PRIORE (org). *A História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004 4ª ed.

² Marcos C. FREITAS (org) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997

³ Irma RIZZINI(org) *crianças desvalidas, indígenas e Negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 2000.

⁴ RIZZINI. *Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula, 1993.

⁵ Adriana B. de Resende B. VIANNA. *O mal que se advinha. Polícia e menoridade no Rio de Janeiro 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁶ Regina ZILBERMAN; Marisa LAJOLO: *um Brasil para crianças*. São Paulo: Global, 1988.

⁷ Zita de Paula ROSA. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica* São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2002.

⁸ Renato Pinto VENÂNCIO. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação de mestrado. USP, 1988.

Helena¹¹, Carla Sartor¹², que trabalham com os temas como: as rodas de expostos, os filhos ilegítimos em Minas Gerais, a infância esquecida de Salvador, a questão dos ingênuos ou ainda as reformas sociais na virada do século.

Um dos pioneiros a tratar do assunto, no plano internacional, foi o pesquisador francês Philippe Ariès, que, em 1948, lançou o livro *História das populações francesas e suas atitudes face à vida desde o século XVIII* no qual dedica um capítulo à família e à criança. Mais tarde, em 1960, o mesmo autor publica um livro intitulado *A criança e a família no Antigo Regime*¹³, que tornou-se referência para historiadores que iniciavam pesquisas na chamada história das mentalidades. Ariès interessou-se pelos quadros do período do Renascimento, nos quais as crianças aparecem retratadas como adultos em miniatura e, a partir daí, iniciou o trabalho de mapeamento das mudanças de atitude social em relação à infância.

Foi somente no século XVIII que se deu à descoberta da infância como uma idade da vida, e a criança saiu do anonimato para figurar como alguém que se encontra em uma fase da vida que possui características próprias. A atenção em relação à criança é influência de Locke e dos poetas românticos, com base na obra de Rousseau e a sua premissa do homem natural¹⁴.

*Para a mentalidade oitocentista, a infância era a primeira idade da vida e delimitava-se pela ausência de fala ou pela fala imperfeita, envolvendo o período que vai do nascimento aos três anos. Era seguida pela puerícia, fase da vida que ia dos três ou quatro anos de idade até os 10 ou 12 anos. No entanto, tanto a infância quanto puerícia estavam relacionadas estritamente aos atributos físicos, fala, dentição, caracteres secundários femininos e masculinos, tamanho, entre outros*¹⁵.

⁹ Vanda Lúcia PRAXEDES. *A Teia e a trama da fragilidade humana. Os filhos ilegítimos em Minas Gerais 1770-1840*. UFMG, 2003.

¹⁰ Andréa da Rocha Rodrigues. *A infância esquecida*. Salvador 1900-1940. Dissertação de mestrado. UFBA, 1998.

¹¹ Arethusa Helena ZERO. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro 1871-1888*. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2004.

¹² Carla Silvana Daniel SARTOR. *Os caminhos da proteção à infância no Brasil: a influência do modelo de Moncorvo Filho*. Dissertação de mestrado. UERJ, 2002.

¹³ Phillippe ARIÈS. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.

¹⁴ Irene RIZZINI. *O século perdido*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.

¹⁵ Ana Maria Mauad. *A vida das crianças da elite durante o império* In: Mary Del Priore.(org) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004 – 4ª edição p. 141.

O século XVIII distingue as diversas *idades da vida*¹⁶ e volta-se para as particularidades de cada uma dessas fases. O século XIX consolida esta descoberta e, com o advento da secularização do pensamento e do deslocamento do domínio da igreja para o Estado, a criança deixa de ser monopólio exclusivo do âmbito privado da família para tornar-se, também, uma questão de Estado.

Este olhar para a criança como alguém dotado de uma especificidade e distinto do adulto, que se originou na Europa no final do século XVIII, ganha conteúdo específico na sociedade brasileira, como objeto de políticas públicas, quase dois séculos depois de iniciados os debates europeus. Entre nós, essa discussão estará intimamente ligada à questão do crescimento dos centros urbanos no século XIX, ao aparecimento das vilas operárias, dos cortiços, da boêmia e de um grande contingente de pessoas que, sem empregos formais, perambula pelas ruas da cidade.

As ruas das cidades no primeiro momento republicano são consideradas como espaços associados à desordem. Os republicanos então, sob forte influência do positivismo, empreendem uma verdadeira cruzada civilizadora e saneadora nas cidades. Nas palavras do senador Lopes Trovão em 1896 *Não havia um povo e sim um povo a fazer*¹⁷. E dois serão os principais agentes sociais deste movimento que ganha as formas do higienismo e da normatização da sociedade: os médicos e a polícia.

O médico é visto como uma espécie de salvador capaz de curar os males físicos e sociais, livrar as cidades das epidemias que fazem com que o Rio de Janeiro do início do século XX receba a alcunha de *túmulo dos estrangeiros*. Será a ciência a responsável por forjar aquilo que a época entende como o novo homem, assim, os sanitaristas penetram a intimidade das pessoas, devassam os corpos, invadem os lares, condenam cortiços e causam reações de protesto, como a revolta da vacina que transformou as ruas do Rio de Janeiro em um cenário de guerra civil por mais de vinte dias em 1904¹⁸.

Nessa perspectiva a caridade, associada à religião, será alvo de críticas por sua falta de cientificidade e a filantropia surgirá como o modelo capaz de substituí-la, ao laicizar a assistência aos pobres e revestir a ação sobre os

¹⁶ Phillippe ARIÈS. Op. Cit .p.29.

¹⁷ Cf. Irene RIZZINI (1997) .p.119.

excluídos de formas tidas como modernas, racionais e científicas. Este movimento, em sua vertente de salvação da criança, vista como o futuro do país pelo viés filantrópico, floresceu, sobretudo nos países protestantes da Europa e nos Estados Unidos entre 1830 e 1920. A filantropia é balizada pela ciência e tem como premissas o ordenamento, a classificação e a prevenção¹⁹.

(...) *Fundamentada pela ciência a filantropia atribui-se à tarefa de organizar a assistência no sentido de direcioná-la às novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais que nascem juntamente com a República.*²⁰

Instituições como as rodas dos expostos, que existiam junto às Santas Casas foram alvos de severas críticas no século XIX. No Brasil, elas entraram em funcionamento ainda no período colonial, já que em 1726 foi inaugurada a Santa Casa de Salvador e em 1738 a do Rio de Janeiro. Além de serem encaradas como lugares de destino de filhos de uniões ilegítimas, portanto *filhos da vergonha* nos parâmetros da época, o grande número de crianças nestes asilos atenta contra as normas de higiene preconizadas pelos médicos sanitaristas, que preocupavam-se com a taxa alta de mortalidade infantil registrada nessas instituições. Apesar do movimento de repúdio à instituição desde o início do período republicano, a roda dos expostos sobreviveu no Brasil, que foi o último país a abolir o sistema que datava do período medieval e se originara na Europa, até 1950²¹.

Os homens da república promoveram reformas nos asilos e o padrão defendido foi o da escola profissional, na qual a idéia central é a valorização do trabalho que assume um caráter moral, vinculado à construção de uma ética positiva do trabalho, é visto como o instrumento capaz de regenerar a sociedade, e, naquele momento, está relacionado a uma idéia de engrandecimento da nação no imaginário dos que imprimem direção à república. Esse movimento revela a tentativa de valorização do trabalho em uma sociedade em que ele esteve, durante séculos, marcado por um sinal negativo advindo dos anos de escravidão. Além do que, com o fim da escravidão e com o processo de industrialização do país havia

¹⁸ Cf., entre outras obras sobre o tema, Marco Antônio PAMPLONA. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

¹⁹ Cf. PRIORE. *História das crianças no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

²⁰ RIZZINI. *Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula, 1993.p.48.

uma necessidade de mão de obra treinada desde cedo para necessidades das fábricas e indústrias nascentes. De modo geral, as condições de trabalho eram insalubres e as jornadas eram de cerca de 12 horas, no entanto levantamentos mostram que em 1894 vinte e cinco por cento dos operários das indústrias têxteis paulistas era formado por menores²².

Asilos de caridade foram transformados em institutos, escolas profissionais, patronatos agrícolas. Surgem novas instituições, algumas fundadas por industriais, visando a adequação do menor às necessidades da produção artesanal e fabril, formando desde cedo a futura mão de obra da indústria. Foi o caso do Seminário dos meninos, que em 1874 tornou-se o Instituto de Educandos Artífices, em São Paulo, oferecendo ensino profissional para alfaiates, marceneiros, serralheiros e seleiros. A iniciativa foi estendida para outros estados. A Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1874) tornou-se o Liceu de Artes e Ofícios, oferecendo a aprendizagem industrial e agrícola. O Asilo dos Meninos Desvalidos, criado em 1875, transformou-se posteriormente no Instituto Profissional João Alfredo. Em 1899 é criado o Instituto Professora Orsina da Fonseca para o preparo profissional de operárias, de oito a 18 anos²³.

No século XIX é possível perceber nos escritos de juristas e de educadores a difusão da idéia de que a falta de uma família estruturada geraria criminosos, e o Estado toma para si a responsabilidade pela educação e pela punição, inclusive, dos menores. O Estado assume a responsabilidade sobre órfãos e abandonados, e também sobre a vida de menores cujas famílias são consideradas incapazes. A lógica é da antecipação, menores pobres criados em ambientes não adequados potencializaria o surgimento de um futuro criminoso. Os abandonados ou vadios deveriam ser controlados pelo Estado através da internação²⁴.

Na primeira década do século XX avolumam-se as críticas às instituições que recebem misturam menores que já cometeram crimes com menores meramente abandonados sejam eles órfãos ou apenas abandonados moralmente. A Escola Premonitória Quinze de Novembro, por exemplo, nega seu caráter punitivo, pretende ser antes um espaço de prevenção, formadora de mão de obra

²¹ Cf. Marcos Cezar de FREITAS (Org.) *História social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

²² Cf. RIZZINI. *Pequenos Trabalhadores do Brasil*. In: Mary Del Priore.(org) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. 4ª ed.

²³ Idem. *Ibidem*. p 378 a 379.

²⁴ Cf. VIANNA. *O mal que se adivinha. Polícia e menoridade no Rio de Janeiro 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

minimamente especializada²⁵. Ainda segundo a Professora Adriana Vianna: *A escolha do termo premonitória evoca justamente um caráter de prevenção, como se a essa instituição coubesse sustar e modificar um perigo pressentido*²⁶.

*O Código Penal da República, bem similar ao do Império, não considerava criminosos os menores de nove anos completos e os maiores de nove anos e menores de 14, que obrarem sem discernimento. A principal mudança residia na forma de punição daqueles que, tendo entre nove e 14 anos, tivessem agido conscientemente, ou seja, obravam com discernimento: deveriam estes ser recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao juiz parecer, não devendo lá permanecer depois dos 17 anos. A recuperação desses menores, portanto daria-se não mais pelo simples encerramento numa instituição de correção, mas sim pela disciplina de caráter industrial, deixando transparecer a pedagogia do trabalho coato como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente.p 216 (...) Como se vê, a solução para o problema passava não só pela escola como também pela fábrica, repousando na pedagogia do trabalho uma solução eficaz e ao mesmo tempo rentável para o problema da delinquência infantil*²⁷.

É preciso impedir o desenvolvimento daquilo que os pensadores da época não hesitam em afirmar ser a marginalidade latente nos pobres, já que a vadiagem levaria à marginalidade.²⁸

*Ao longo da época moderna, crianças pobres, órfãs e enjeitadas, principalmente as de comunidades de pescadores foram recrutadas como marinheiros. (...) idéia de que as crianças órfãs, bastardas ou abandonadas tornar-se-iam mais facilmente soldados ou marinheiros ideais (...) os garotos mantidos pelo poder público teriam a Pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos (...) supostamente dedicariam à nação todo o amor, fidelidade e lealdade que os demais mortais costumavam consagrar aos familiares*²⁹.

O objetivo é vigiar a criança para que ela não se desvie do caminho que pode transformá-la em um homem de bem – e esse caminho supõe uma educação dos pobres para o trabalho. Por isso Irene Rizzini afirma que *É na criança filha da pobreza, reprodutora do vício e da imoralidade que a ação pública concentraria seus esforços*.³⁰

²⁵ Idem. Ibidem.

²⁶ Idem. Ibidem p.63.

²⁷ Marco Antônio Cabral DOS SANTOS. *Criança e criminalidade no início do século* In: DEL PRIORE. Op. Cit. p. 216 a 220.

²⁸ Cf. DEL PRIORE. Op. Cit.

²⁹ Renato Pinto VENÂNCIO. *Os aprendizes da Guerra*. In: DEL PRIORE. Op. Cit. p.195.

³⁰ Irene RIZZINI. Op. Cit.1997. p.174.

A formação da criança tendo em vista a boa saúde e a educação adequada garantiria, junto a outras medidas tomadas com o mesmo fim, que o Brasil deixaria o atraso e se tornaria civilizado. O país só prosperaria se fosse capaz de civilizar seu futuro, representado pela criança³¹. A criança pobre assume, portanto, uma imagem ambígua neste período já que, por um lado, é a promessa de um futuro que asseguraria ao Brasil um lugar junto aos países associados ao progresso das luzes, e, por outro, aparece no discurso cientificista como aquela que nasce marcada pela tendência ao erro.

As teorias evolucionistas da época atribuem a marginalidade e o vício a uma herança genética, assim, os filhos das classes pobres, potencialmente perigosos, seriam mais propensos ao crime. Daí a importância do controle sobre a população, seja pela via da medicina, seja através do emprego da coerção pela força policial. Era preciso salvar a criança para construir o país.

Este mesmo pensamento que associa a pobreza ao perigo da vadiagem e da marginalidade e confere ao trabalho a capacidade de moldar o homem moralmente bom vai estar presente, seja na ação de homens e mulheres que tendo *ganho* meninas ou meninos de Belo Monte utilizam-nas como prostitutas ou como mão de obra não remunerada, seja na ação daqueles que as socorreram, Lélis Piedade em visita ao local da guerra irá comentar ao observar uma menina de Canudos: (...) *Se a observação não falha, é possível fazer-se desta menina uma mulher trabalhadora e, portanto, útil* ³² bem como, também estará igualmente presente nas instituições para as quais elas são encaminhadas. Um entre vários exemplos é o Liceu Salesiano de Salvador que, como já foi assinalado no capítulo anterior, destina aos pobres o aprendizado de ofícios profissionalizantes.

4.2 Butim de guerra.

O extermínio de prisioneiros, o desaparecimento de Belo Monte, os soldados mortos, a epidemia de varíola, a fome, a sede, os feridos não foram os únicos legados da Guerra de Canudos. O conflito ocorrido no interior baiano que opôs o exército republicano e a comunidade de sertanejos liderada por Antônio Conselheiro deixou, como herança trágica, um grande contingente de crianças e

³¹ Cf. Idem. Ibidem.

³² PIEDADE. Op.Cit. 2002.p.161.

adolescentes órfãos. Um butim de guerra vivo que foi dividido, ainda ali no sertão, como qualquer outro despojo de guerra.

Não há uma estimativa que quantifique o número de órfãos ao final da guerra, ou o número de sobreviventes, como igualmente não há consenso sobre o número de habitantes de Canudos. Alguns autores trabalham com a hipótese de que teriam sido 25 mil habitantes, outros consideram este número uma suposição exagerada³³, o que parece certo é que o exército contou 5.200 casas queimadas em Canudos. De qualquer maneira, é lícito pensarmos que num povoado com cerca de cinco mil famílias o número de crianças fosse grande, e que, por conseguinte o total de órfãos ao final do conflito tenha sido bastante significativo.

Muitas crianças nem eram efetivamente órfãs, apenas foram arrancadas brutalmente da companhia de suas mães feitas prisioneiras de guerra. Inúmeras foram dadas pelos soldados pelo caminho e muitas outras ficaram na companhia destes, convertendo-se numa espécie de troféu de guerra, ou como afirmou Lélis Piedade, uma *lembrança viva de Canudos*³⁴. O repórter Fávila Nunes em uma de suas cartas, após narrar que pegara para si uma menina, afirma:

*O General Artur Oscar, que sabe aliar à bravura denodada de soldado um belo coração de pai, dá gostosamente estas crianças a quem as possa tratar, e por isso eu levarei a minha pobre Josefa. Quase todos os oficiais já tem uma desgraçadinha destas para proteger, o que se faz com carinho e dedicação. Até o General Artur tem uma, e o General Barbosa duas protegidas.*³⁵

A indicação da farta distribuição de crianças é tão significativa quanto a adjetivação e o diminutivo utilizados: são *desgraçadinhas*, são *pobres* e, por isso, merecem *carinho*, *dedicação* e *proteção*, mesmo que isso signifique reificá-las e apropriar-se delas uma vez que, na ótica do *belo coração de pai* do general, é legítimo e mesmo meritório que sejam *dadas gostosamente* a soldados e repórteres.

Relatos de sobreviventes foram colhidos por pesquisadores durante os mais de cem anos decorridos desde o término do conflito. Sobre o destino das crianças canudenses, o relato de Dona Dionizia Valeriana da Gama é

³³Cf. TEIXEIRA. Op. Cit. p.136.

³⁴ PIEDADE. Op. Cit. p. 208.

³⁵ GALVÃO. Op.Cit. p.116.

emblemático, por ser ela mesma uma órfã da guerra que foi distribuída no caminho:

Meu pai teve lá (em Canudos) e veio buscar a gente pra lá...eu tinha uns 10 anos...minha mãe (Valeriana) morreu de bala, meu pai (José) saiu antes da guerra se acabar e num morreu. Eu fui ferida muito de bala. Eu num brigava não, mas as bala me pegava. Uma aqui na cabeça, ota debaixo de uma perna e ota na cintura...sai de lá muito ferida, os soldado me tiraram.

Eu tive lá até a guerra se acabar.

Quando os soldados saíram tudo, aqueles menino que ficaro eles trazia, chegava nos caminho, o povo pedia, e eles dava...me deram pra D. Brasilina, que me criou em Monte Santo. Ela também teve nos Canudos, mas saiu antes.³⁶

O depoimento de Dona Valeriana, só vem a confirmar as inúmeras denúncias registradas em documentos de época de que as crianças foram distribuídas como se fossem animais e que famílias foram separadas. Em Queimadas e Alagoinhas, prisioneiras se ajoelhavam pedindo por Deus a devolução de seus filhos levados pelos soldados³⁷. A situação deve ter sido de extrema gravidade, uma vez que contemporâneos do conflito referem-se à distribuição indiscriminada das crianças de Belo Monte como uma nova escravidão que assola a Bahia³⁸.

4.3 O Comitê Patriótico da Bahia.

Em abril de 1897 é formada a quarta expedição militar que reuniu tropas de dezessete estados brasileiros e foi composta por seis brigadas, divididas em duas colunas, equipadas com os armamentos mais modernos da época, sob o comando do General Artur Oscar. Foi a maior e a última das expedições militares que atacaram Canudos. Passados três meses, ou seja, em julho de 1897 o General Artur Oscar faz um apelo ao Governo Federal para que envie reforço, pois as baixas se acumulavam e chegavam à cerca de dois mil homens³⁹.

Neste período, centenas de soldados feridos e mutilados começam a desembarcar na Estação de Estrada de Ferro da Calçada, em Salvador, e não há na cidade uma infra-estrutura que possa dar-lhes suporte. É neste contexto que o

³⁶ PIEDADE. Op.Cit. p. 273.

³⁷ Idem Ibidem.

³⁸ Idem Ibidem.

corretor alemão Franz Wagner, radicado em Salvador havia 32 anos e membro de uma igreja protestante, além de personalidade respeitada na sociedade, convoca a sociedade baiana para uma reunião a fim de angariar doações e prestar auxílio aos soldados feridos no combate ainda em curso. A convocação é feita através de um apelo publicado nos jornais de Salvador. Ele inicia o texto lembrando que a Bahia foi solidária com as vítimas de inundações que assolaram Pernambuco e que, naquele momento, deveria fazer o mesmo pelas vítimas de Canudos. E argumenta ainda:

Os enfermos e os feridos da expedição de Canudos: quem neste momento merecerá mais o socorro e a dedicação de seus irmãos, do que essas legiões, que contam com filhos de todos os Estados da República, empenhados numa luta sangrenta; na qual tudo conspira para esmorecer os mais valorosos; desde a insídia e a selvageria do inimigo feroz, até o ermo e pavoroso do campo de batalha, talhado antes para ciladas e investidas de guerra de extermínio entre bárbaros, do que para as operações regulares de um exército disciplinado.....

(...) Dispendioso como é o transporte e o fornecimento de tropas em lugares de acesso e comunicação tão difíceis, não pode o governo por si só, acudir a tudo largamente; e assim deve cada cidadão vir em seu auxílio, concorrendo, como lhe seja possível, para minorar tão dolorosa situação....⁴⁰

Encerra o apelo convocando os cidadãos de coração generoso de todas as classes sociais a abraçar a causa e a comparecer a uma reunião no dia seguinte, 27 de julho de 1897 em sua casa, às 8 horas da noite para que possam deliberar sobre a melhor forma de ajudar.

A sociedade baiana respondeu ao apelo, e no dia 28 de julho o *Jornal de Notícias* publicava a seguinte nota:

(...) Está em ação a caridade!

Acedendo ao convite publicado pelo Sr. Franz Wagner, corretor nesta praça e ex-membro do Conselho Municipal da capital, reuniram-se, ontem, à noite, na casa de sua residência, à Vitória, representantes de diversas classes sociais, cuja presença ali já era um prestigioso apoio à idéia de humanidade e patriotismo contida no precitado convite.⁴¹

À reunião na casa de Franz Wagner compareceram representantes de bancos, comerciantes, diretores de faculdades, o superintendente da Estrada de Ferro Inglesa, jornalistas, o Secretário do Interior e Justiça, o presidente da

³⁹ Cf. <<http://www.portfolium.com.br>> Acesso em 3 de março de 2007.

⁴⁰ PIEDADE. Op Cit.p. 47 a 48.

⁴¹ Idem. Ibidem p.48.

Câmara dos Deputados, o comandante do regimento policial, o presidente do Instituto Geográfico e Histórico de Salvador, eclesiásticos, entre outros. Nascia o Comitê Patriótico da Bahia que atuou no auxílio às vítimas da Guerra de Canudos até o ano de 1901.

O Comitê, presidido por Franz Wagner, organizou-se a partir de uma Comissão Executiva e uma Comissão Central que realizaram reuniões regulares de 28 de julho de 1897 a 24 de março de 1898, mas até 1901, por iniciativa do Comitê, diversas crianças ainda seriam encaminhadas para asilos, famílias seriam auxiliadas na busca de seus parentes, e, por sua iniciativa, o monumento aos mortos de Canudos seria inaugurado em 2 de fevereiro de 1900 no cemitério do Campo Santo em Salvador. Em 1901, por ocasião do encerramento de suas atividades, é publicado o livro *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)*, coordenado pelo secretário do Comitê, Lelis Piedade

No livro, o secretário reúne as atas das reuniões que foram publicadas pelo *Jornal de Notícias da Bahia*, onde trabalhava como jornalista, bem como a foto e a inscrição da placa do monumento aos mortos de Canudos, as notícias publicadas nos jornais, transcrições das cartas enviadas por ele ao jornal por ocasião de sua viagem ao local do conflito, relatórios, relações de famílias e menores auxiliados e ainda uma listagem da movimentação financeira do Comitê durante os quatro anos de atividade, no qual declara: *O público verá que o Comitê, com cento e tantos contos, fez mais relativamente do que os próprios poderes públicos, que dispunham de fortes elementos*. O livro teve a primeira edição em 1901 e, depois disso, levou cento e um anos para ganhar uma nova edição, feita a partir de uma fotocópia, preservada pelo Professor José Calasans, que foi cotejada com o original pelo pesquisador baiano Antônio Olavo.

A mobilização pública empreendida pelo Comitê alcançou em larga escala a sociedade, as atas das reuniões mostram o apoio do Governo do Estado, de diversos artistas; músicos, pintores, do Clube Militar, da Companhia de Bondes Elétricos, do Educandário Benjamim Constant, dos operários, das linhas de ônibus, da Faculdade de Direito, da Associação Comercial, das Filarmônicas, do Intendente Municipal, de casas comerciais, de colégios, da Colônia Espanhola da Bahia, da fábrica de gelo da cidade, da fábrica de fósforos, da Associação das

Senhoras de Caridade, do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, de professores públicos, de asilos, de médicos além de ofertantes anônimos.

Frei Pedro Sinzig, em 1897 ainda diácono, é designado para acompanhar as tropas federais para Canudos e escreve em seu livro de reminiscências:

Neste meio tempo se havia formado na Bahia um Comitê Patriótico para tratamento das vítimas da guerra civil; por toda parte angariavam donativos e em todas as esquinas mais movimentadas da cidade haviam colocado caixas para as esmolas.⁴² (...)

Além das caixas de esmola a que alude frei Sinzig, o Comitê recebia doações em dinheiro, colaborações de instituições, organizava festas, quermesses e recitais para arrecadar fundos. Músicos ofereciam seus serviços e promoviam concertos beneficentes, médicos atendiam aos feridos, linhas de ônibus e bondes colocavam parte da frota a disposição do Comitê para transporte dos feridos, asilos ofereciam vagas para os órfãos, colégios se dispunham a franquear a educação aos mesmos, cidadãos enviavam bens para serem leiloados, operários doavam o equivalente a um dia de trabalho enquanto durasse a guerra, casas comerciais, fábricas e cidadãos doavam camas, colchões, ataduras, remédios, sabão, cigarros, comida, roupas, sabonetes, vinho, escarradeiras, gelo, livros entre outros muitos itens. Cidades próximas como Canavieiras e Maragogipe organizaram comissões locais para arrecadar fundos para o Comitê em suas cidades. Currealinho, cidade natal de Castro Alves, chegou a criar um sub-comitê. Quase um mês após o seu surgimento em 26 de agosto de 1897 o caixa do Comitê contabilizou 588\$680 mil réis arrecadados.

Os jornais da época trazem constantemente notícias sobre a mobilização social empreendida pelo Comitê.

A imprensa continua a registrar a co-participação das senhoras baianas, que todos os dias manifestam em expansões e cuidado carinhoso com os feridos, visitas e ofertas pecuniárias de doces, ataduras, fios, biscoitos, vinhos finos e o mais auxiliam a obra do comitê.

Num primeiro momento o Comitê assume posição de apoio ao exército, seus feridos, e aos órfãos e viúvas dos soldados. A luta é descrita como *sangrenta*, o campo de batalha como *pavoroso* e o inimigo como *selvagem*, Belo Monte

⁴² Frei Pedro SINZIG. *Reminiscências de um Frade*. APUD.PIEDADE. Op. Cit. p.240.

como um negro reduto de fanatismo e o soldado como heróico defensor da república. Seu lema é *está em ação a caridade* e seu título *Comitê Patriótico da Bahia em Nome do Bem*. A *caridade* é endereçada aos soldados e o bem é representado pelo exército defensor da República, como se pode constatar pela convocação de Franz Wagner em 1897 e como é reiterado pelo discurso do Dr. Manuel Freire de Carvalho na abertura do primeiro concerto beneficente realizado no dia 08 de agosto de 1897:

(...) Canudos a que se pode hoje chamar uma cidadela, começou pela reunião de poucos ignorantes, imbuídos de uma falsa religião, guiados por um desequilibrado; que assim tolerados, enquanto inofensivos, constituíram-se cegos instrumentos nas mãos dos inimigos da República.

(...) O Comitê Patriótico manda dizer-vos que há lares onde a morte penetrou, arrastando-os à viuvez e à orfandade. (...) manda dizer-vos que a miséria com seu negro cortejo de horrores povoa os domicílios dos soldados da pátria. Que há luto e horror. E então apela para vós para vossa filantropia, para vosso altruísmo. Pede-vos as sobras das vossas economias.⁴³

Pouco a pouco, no entanto o Comitê irá converter-se na principal instituição de amparo aos sertanejos, especialmente aos órfãos da guerra de Canudos. A mudança é resultado do contato com a realidade da guerra e das necessidades que se apresentarão. Em setembro de 1897 Lélis Piedade, secretário do Comitê, viaja até a cidade de Cansanção a fim de montar lá uma enfermaria que pudesse prestar os primeiros socorros aos feridos. No caminho, passou pelas localidades de Queimadas, Alagoinhas, e por Monte Santo. Durante este período, Lélis deparou-se com a paisagem do sertão, com casas abandonadas e saqueadas, conversou com militares, padres, com sertanejos e com mulheres e crianças conselheiras feitas prisioneiras de guerra. Suas impressões estão registradas nas cartas que envia durante a viagem para o *Jornal de Notícias*. Lélis não abandonou seu ideal Republicano, seu apoio ao exército ou seu entendimento de Canudos como uma reunião de fanáticos e sua fé ilimitada no progresso que é compreendido por ele e por seus contemporâneos como sinônimo de bem-estar, de civilização e mesmo daquilo que poderia significar o fim das guerras:

Para as populações rústicas dos campos há dois elementos que as aperfeiçoam: a palavra de Deus e o silvo da locomotiva. (...) Houvesse o

⁴³ PIEDADE.Op. Cit. p.72 a 74.

*culto religioso mais à mão e certas zonas sertanejas cortadas por ferrovias e Canudos não existiria.*⁴⁴

No entanto, a partir do que vira, apiedou-se das mulheres e das crianças canudenses. Chocou-lhe a miséria, a fome, os feridos, os corpos que apodreciam nas estradas com urubus à espreita, a epidemia de varíola que vitimou indiscriminadamente sertanejos e militares, a falta de água potável, as infestações de pulgas e as atrocidades que também foram cometidas pelas tropas federais. Tanto que denuncia a prática da *gravata vermelha*, como ficou conhecida a degola dos prisioneiros, através de carta enviada de Queimadas em 14 de setembro e publicada pelo jornal quatro dias depois.

Entre os jagunços presos ultimamente encontrou-se um, perverso assassino, crioulo, moço ainda, e que foi demoradamente interrogado.

A todas as perguntas invariavelmente respondia

- Não sei.

Julgado teve a sentença de guerra.

Conduzido ao local do sacrifício foi-lhe perguntado como queria morrer.

- De tiro.

Respondeu.

- Pois há de ser de facão.

*O desgraçado com o maior sangue frio e arrogância resoluta, levantou a cabeça e apresentou a garganta!*⁴⁵

Novamente no dia 17 de outubro, em outra carta, faz referência à degola:

Na porta de outro telheiro fomos ver, então, três jagunços, amarrados, de caras repelentes, criminosos, principalmente a de um caboclo em cujos olhos parecia ler-se o quanto de crimes iam naquela alma ignorante e fanática.

A hora em que partimos vimo-los seguir para a caatinga a fim de receberem a gravata vermelha.

O leitor sabe o que significa esta gravata vermelha?

*A morte.*⁴⁶

Se o jagunço, como era quase sempre chamado o sertanejo aliado de Antônio Conselheiro, aparece como perverso assassino, as mulheres, mesmo que delas sejam apagados os traços humanos, num primeiro olhar, são dignas de piedade: *Toda idéia de revolta contra o Conselheiro desaparece diante dessas*

⁴⁴ Idem. Ibidem pp.81a 82.

⁴⁵ Idem. Ibidem pp.15 a 16.

⁴⁶ Idem. Ibidem. p.16.

*mulheres que o fanatismo levou à fome, à ignorância e até o apagamento das feições humanas.*⁴⁷ Para mais adiante ganharem uma dignidade própria:

O que é muito honroso para as desaventuradas jagunças e não nos é dado calar (...) é o fato de que nenhuma, dentre todas as prisioneiras, era mulher de má reputação ou de conduta irregular, notando-se bons costumes, hábitos de trabalho e depois o sentimento de honra e esse recato, que são o apanágio e a maior riqueza da família sertaneja. (...) Testemunhamos a nobreza de algumas mulheres ao distribuir pequenas quantias, que traziam escondidas consigo, no sentido de melhorar o rancho às mais indigentes.

E o mesmo se dará em relação às crianças de Canudos: *As crianças, estas pobrezinhas, em sua maior parte semelham a esqueletos ambulantes cobertos de andrajos e lodo*⁴⁸. São *pobrezinhas*, ainda que associadas à morte e expressão da pobreza e do estado de natureza representado pelo *lodo* que as cobre, aos olhos de Lélis.

O secretário do Comitê presencia ainda a prática de venda de crianças Canudenses efetivamente órfãs ou apenas separadas da família pelas circunstâncias da guerra. Uma mulher, segundo sua observação *meio ébria*, trazendo duas crianças com sinais de pancadas, tenta vender-lhe o menino. E comenta num relatório:

(...) Foi, pois, para lamentar a distribuição indevida das crianças, sendo muitas remetidas para vários pontos do Estado e para esta capital, como uma lembrança viva de Canudos ou um presente, sem que parentes ou o Governo lhes conheça o paradeiro. (...) Tendo-se dado até o vergonhoso tráfico da orfandade desvalida.

Se Lélis registra que os conselheristas adotaram práticas perversas, não deixa de assinalar que deparou-se com perversidades também cometidas pelos soldados e lamenta em uma carta escrita em Queimadas em 14 de setembro de 1897:

(...) Queria, no entanto, que nós não imitássemos essas perversidades.

Alguns soldados, não obstante a recomendação de chefes, cometeram horrores contra menores de ambos os sexos, matando-as cruelmente. (...) É penoso ainda dizê-lo que muitas raparigas e meninas foram defloradas (...) Nos foi entregue uma destas pobres vítimas de tão infame crime. É a menor Maria Domingas de Jesus de 12 anos de

⁴⁷ Idem. Ibidem .p. 61.

⁴⁸ Idem. Ibidem. p. 208.

*idade.(...) Foi desvirginada violentamente, pelo praça do 25º batalhão de infantaria de nome José Maria.*⁴⁹

Este relato de violência por parte de soldados coincide com um registro de Frei Pedro Sinzig que, em seu já citado livro *Reminiscências de um Frade*, narra seu encontro com uma mulher ferida à bala por um soldado por não conseguir caminhar, e afirma que ouviu de testemunhas oculares que muitos jagunços estavam se jogando no fogo, outros tinham seus membros esquartejados, costelas quebradas se não gritassem *Viva a república*, e que mesmo o general Artur Oscar degolou mulheres pela mesma razão. Descendentes dos poucos conselheristas sobreviventes confirmam o suicídio dos que se recusavam a saudar a república e a violência empreendidas pelas tropas:

Dona Joana, mãe de seu João de Régis, contava que viu muita gente se atirar na fogueira para não dar viva à República e presenciou a sogra (uma cabocla bem velha) e a cunhada (mocinha, fraquinha), morrerem de fome e de sede, caídas na caatinga, na marcha forçada que o exército comandou, tangendo mulheres e crianças até Alagoinhas.(...) Caia gente como mosca, mas os soldados não deixavam o povo nem ajudar com uma reza na hora da morte os que iam arriando nas bêra de estrada, sem direito a enterro. Era como bicho.

O resultado imediato do contato de integrantes do Comitê com tal barbárie por parte daqueles que se pretendiam civilizados representantes da República aparece na ata da reunião do comitê de 20 de janeiro de 1898, na qual já se pode ver a mudança de direção da ação do Comitê no que se refere às mulheres e crianças sertanejas. A dicotomia litoral civilizado em oposição aos rudes patrícios sertanejos, registrada e imortalizada por Euclides da Cunha em *os Sertões*⁵⁰, começava a deixar lacunas de significação para os representantes do Comitê, que não deixam de associar o que viam a uma nova escravidão:

(...) mas quando o Comitê fez o apelo que a alma da Bahia acolheu com a máxima generosidade, não pensava que seriam massacrados os prisioneiros e nem espalhadas mulheres e crianças, que não tinham culpa do maldito fanatismo.

E a prova é que o Comitê tratou já tarde dessa proteção, quando os seus representantes que foram até Queimadas, Cansação e Monte Santo, vieram dizer-lhe que se estava distribuindo menores como animais; estavam cruelmente separando famílias inteiras; que finalmente, a Bahia estava ameaçada de um novo escravismo.

⁴⁹ Idem. Ibidem. p. 193 e pp. 212 a 213.

⁵⁰ CUNHA. Op. Cit. p. 268 a 270.

*Ora diante disso o Comitê andou correto, procurando salvar esta gente e dar aos menores educação que os habilitasse a ser futuros cidadãos da República, amando-a e não odiando-a.*⁵¹

A mudança de postura do Comitê, que passa a incluir as crianças e mulheres de Belo Monte no rol daqueles que deveriam ser auxiliados, foi alvo de críticas. O Comitê estaria desvirtuando seu objetivo de socorro aos soldados e suas famílias. Ainda na mesma ata do dia 20 de janeiro, o Comitê justifica a posição tomada afirmando que os prisioneiros também são filhos da Bahia e que não se pode deixar estes menores na situação de abandono e de escravidão e que as viúvas e órfãos dos soldados não tem sido prejudicados em absolutamente nada em razão do Comitê também estar prestando socorro às mulheres e crianças de Canudos.

Independentemente das críticas, o Comitê organiza uma comissão para localizar e recolher os menores e as mulheres de Canudos. O trabalho inicia-se com os oficiais do exército, o Comitê solicita que estes devolvam as crianças que encontravam-se em seu poder para que pudessem ser encaminhadas aos orfanatos ou restituídas às suas famílias,

Diversas crianças, mesmo localizadas, não foram devolvidas, nem adotadas legalmente. Já haviam se convertido em mão de obra para serviços domésticos. Outras foram simplesmente ocultadas ou enviadas para outros pontos do Estado pelos seus patrões e donos que receavam perdê-las. São várias as situações de pessoas que se recusam a entregar as crianças que estavam servindo de criadas, todos eles eram cidadãos de boa situação financeira que receberam os menores das mãos de oficiais do exército e que, por isto, não achavam que deviam satisfação nem ao Comitê, nem a ninguém.

Esse é o caso do Sr. Matias da Costa Batista, um dos mais abastados negociantes de Alagoinhas, que tinha em seu poder três menores, vítimas de Canudos, sendo que um deles fora arrancado violentamente da mãe e que negou ao Comitê qualquer informação sobre as crianças alegando que lhe foram entregues por um oficial para servir em sua casa e que não achava justo que o Comitê protegesse filhos de jagunços.

A imprensa que deu ampla cobertura à guerra também comenta o fato de soldados se apoderarem das crianças sertanejas.

⁵¹ Idem. Ibidem p.134.

O coração sente-se invadir por uma onda de comiseração quando o espírito se apercebe da desgraça que feriu a essas dezenas de crianças que vemos, todos os dias, passar pela mão dos soldados feridos, trôpegos, escalavrados.

São dois infortúnios que se arrastam, procurando apoiar-se mutuamente – O soldado inválido, alquebrado, querendo ainda tirar da sua fraqueza, sob a inspiração de sentimento que o honrava, forças e energia para proteger o órfão do inimigo, a criança dócil e mansa agarrando-se-lhe aos trapos da farda e como desejando absolver, apagar os crimes do progenitor na penitência dessa resignação e simpatia com que segue o soldado benfazejo.

É para esse quadro comovedor, em que se percebem traços de muita bonhomia e muito maior miséria, que solicitamos a providência do governo, afim de que possam esses infelizes abandonados, perdidos, náufragos da medonha calamidade sertaneja encontrar seguro abrigo contra as conseqüências da guerra que um dia, surpreendendo –os na sua inocência de aves implumes sacudiu-os e arrojou-os para longe de seus ninhos.

É preciso pensar no destino desses pequenos entes, sem cogitar de quais foram seus pais, do mal e dos crimes hediondos que estes cometeram. Temos certeza de que o governo quer do estado, quer do país, terão para estes despojos vivos da guerra o mesmo olhar piedoso com que os vê passar a população generosa da Bahia. A inocência dá-lhes direito a todo o carinho, a caridade impo-nos o dever de ampará-los.

Exprimindo-nos assim, não nos anima nenhuma desconfiança dos sentimentos bons que desabrocham e florescem também no coração do soldado brasileiro. Avaliamos que sacrifícios terá custado a muito desses obscuros e beneméritos inválidos salvar e carregar até aqui esses míseros pequenos que vemos atravessar as ruas pela mãos calejadas unidos sem duvida protegidos e protetores, por esses laços do coração que as grandes adversidades travam e fortalecem. Entretanto é evidente que as condições tão precárias do soldado, a sua pobreza, a rudeza da sua vida de caserna, não poderão garantir a esses filhos adotivos o pão e a educação de que eles precisam. Há talvez em cada uma dessas crianças um estigma de degenerescência que requer higiene física e moral, tratamento que não podem absolutamente receber sob a tutela incerta, ríspida e cheia de privações e agruras como é a existência do soldado.

Cumprindo ao governo amparar essas vítimas sobreviventes da guerra, abrindo-lhes as portas das oficinas e escolas, dando-lhes a instrução, cultivando o que há de aproveitável em todas elas, salvando, enfim, pelo regime do trabalho, essa porção de desvalidos que, sem o concurso benevolente, serão amanhã disputados pelo vício e malditos pela sociedade.⁵²

O texto acima, retirado de um jornal, é um primor no que concerne a evidenciar as marcas que estas crianças carregavam e os preconceitos que destas advinham. É válido pensar que havia entre as crianças um grande contingente de

⁵² *Jornal da Bahia*, 19 de outubro de 1897.

mestiços. Assim sendo, estavam marcados por estereótipos baseados nas teorias científicas evolucionistas e racistas da época assim como, eram igualmente marcadas pela trajetória de seus pais, considerados inimigos da República. A primeira marca, a racial, aparece no texto como: *um estigma de degenerescência*.

A questão racial começou a fazer parte do discurso dos sábios e políticos, de forma mais sistemática, a partir de meados do século XIX-1850 data não são fim do tráfico negreiro como a formulação de uma política imigratória mais consistente (...) Neste discurso, os negros e mestiços representam as raças inferiores que dificultam a construção de uma nação moderna⁵³.

Os mestiços são descritos como instáveis, preguiçosos e somam as qualidades dos brancos e os defeitos das raças inferiores, concepção imortalizada por Euclides com a comparação que faz entre o sertanejo e um Hércules-Quasímodo.

Obviamente existe um pressuposto político nessa concepção, que só Oliveira Vianna ousou expor com clareza: ela serve de justificativa para o domínio político de uma elite branca; a raça transformada em instrumento explicativo da história, e a estratificação social imaginada como resultado de diferenças raciais⁵⁴.

A segunda marca, a da filiação, surge com todas as letras no trecho *É preciso pensar no destino desses pequenos entes, sem cogitar de quais foram seus pais, do mal e dos crimes hediondos que estes cometeram*. A solução para lidar com os pequenos entes também está explicitada no texto. Cumpria salvá-los, *enfim, pelo regime do trabalho*. Mais uma vez, o trabalho surge com a pedagogia apropriada para os pobres.

Após buscas e negociações o resultado do trabalho da Comissão contabilizou cerca de treze crianças, entre meninos e meninas, devolvidas a suas mães ou pais, outras treze entregues a parentes, vinte e uma deixadas com pessoas idôneas civis e militares que se responsabilizaram por elas e cinquenta trazidas pelo Comitê para Salvador e encaminhadas aos orfanatos para adoção. Para os integrantes da Comissão especial o balanço final alcançado foi positivo:

Não foi pequeno o número de vítimas que socorremos entre mulheres, crianças e meninos de ambos os sexos, que conseguimos

⁵³ Giralda SEYFERTH. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. (mimeo) p. 179.

⁵⁴ Idem. *Ibidem* p. 183.

reunir debaixo da nossa bandeira da caridade, evitando a uns a morte pela falta de conforto e à míngua de recursos, a outros a verdadeira escravidão em que se achavam e porventura, a prostituição no futuro (...) Com poucas exceções, podemos dizer que a maior parte das crianças por nós trazidas para esta capital, foram tomadas de soldados e mulheres sem a precisa idoneidade moral para tutelar os interesses destes órfãos.⁵⁵

Em sua maioria, as crianças foram encaminhadas para asilos de Salvador como o Asilo da Mendicidade, Asilo de Lourdes, Casa da Providência, Asilo Filhas de Ana, Orfanato do Coração de Jesus, entre outros. Há uma discussão durante uma das reuniões do Comitê a respeito do destino de alguns órfãos e o Sr. Franz Wagner, Presidente do Comitê, levanta a possibilidade de enviá-los para o Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Lélis Piedade é terminantemente contrário à idéia, uma vez que, no seu entender, a roda é um triste recurso utilizado por mães desnaturadas para esconder a sua vergonha e que não deve servir de entrada para os órfãos de Canudos e dos militares, pois estas não são crianças abandonadas, mas antes filhos da caridade da Bahia. O pedido para que as crianças entrem pela porta da frente e não pela roda, de claro significado simbólico, é negado pela Santa Casa, como fica registrado numa ata da reunião da Santa Casa do dia 18 de março de 1898

Pedido do Comitê negado. A lei orgânica só permite a recepção de filhos menores de 10 anos e esta lei não pode ser revogada.

Entrada dos meninos pelo portão do estabelecimento viria a ser prejudicial. E alguns destes menores, tendo vivido de em outro meio, talvez tenham recebido educação viciosa não convém pô-los em contato com os filhos da Instituição. (são 12 menores).⁵⁶

Junta delibera então, que os 12 menores irão para o Asilo da Mendicidade até que possam ter melhor destino.

O trabalho do Comitê, como já foi assinalado, não acabou com o final da guerra. Lélis Piedade chega a redigir e assinar salvo-condutos para que sertanejos acusados de serem conselheiros consigam retornar em segurança para seus locais de origem, pois mesmo finda a guerra não havia cessado a perseguição por parte de alguns fazendeiros locais. E até 1901 o Comitê mesmo sem realizar reuniões regulares ainda presta socorro a diversas famílias e crianças. Os jornais da época trazem constantes notas do Comitê pedindo ajuda para localizar crianças como as publicados no *Jornal de Notícias* em 11/3/1898: *Pede-se informações sobre o*

⁵⁵ Idem. Ibidem p. 211.

menor Hermenegildo, pardo de 2 para 3 anos, cuja mãe declara tê-lo visto descer com um oficial que chamavam capitão Maximiano. E também no dia seguinte: 12/3/1898:

Pede-se notícias do menor Manuel Florêncio, que desceu com um soldado de polícia em companhia do sargento Magdaleno. A mãe deste menor pede pelo amor de Deus que dele lhe dêem notícias. (...) precisa-se também saber onde está a menor Silvina, de cerca de 9 anos, de José Eduardo e Romana, da serra do Aporá⁵⁷.

O próprio secretário do Comitê chegou a abrigar na sua casa os filhos de um ilustre personagem do povoado de Canudos – Macambira.

Antes da fundação do arraial conselherista, existiam duas famílias de destaque na região: os Mota e os Macambira. O chefe da segunda família era Joaquim Macambira, agricultor e comerciante. Morava em sua fazenda por ocasião da chegada de Conselheiro, algum tempo depois mudou-se com a família para o arraial, além de influenciar na adesão da família de seu João de Régis ao Conselheiro pela força da sua crença nos ideais do Beato. Em Belo Monte, Macambira tornou-se um importante comerciante, pois desfrutava de boas relações com o comércio das localidades vizinhas. Era amigo do Coronel João Evangelista de Melo, comerciante em Juazeiro, a quem encomendou a madeira para a construção da igreja nova, episódio que serviu de pretexto para o início da guerra. Segundo Euclides da Cunha, Macambira era *coração mole*⁵⁸. Para o Professor. Calasans, o julgamento do escritor foi apressado. Pelo que apurou, Joaquim Macambira era um homem de bem, comerciante acreditado e merecedor de elogios, pois acolheu os filhos do amigo Mota por ocasião de uma chacina que vitimou membros da família⁵⁹. Macambira perdeu na guerra um de seus filhos, Joaquim Macambira Filho, que no dia 11 de julho de 1897 morreu liderando um grupo de 11 guerrilheiros que tentou tomar o canhão Withworth 32, a famosa *matadeira*, num desesperado ataque que acabou convertendo-se em suicídio para parte do grupo.

As filhas de Macambira, Teresa e Valeriana, foram levadas ao final da guerra para Salvador pelo batalhão de Dantas Barreto e acabaram acolhidas

⁵⁶ *Ata da Santa Casa de Misericórdia* do dia 18 de março de 1898.

⁵⁷ *Jornal de Notícias* de 12 de março de 1898.

⁵⁸ CUNHA. Op. Cit. APUD : CALASANS. Op cit. p. 61.

⁵⁹ Cf. CALASANS. Op Cit. p. 61 a 62

por Lelis Piedade, conforme informa carta publicada no jornal da Bahia, pelo próprio secretário dão comitê:

(...)comunico-vos que recebi ontem as menores Teresa Macambyra de 14 anos e Valeriana Macambyra de 11 anos, filhas do chefe conselherista Macambyra e que por intermédio do Dr. Sebrão me foram enviadas pelo coronel Dantas Barreto.Recolhi-as a casa de minha família A menor tem ainda os 3 ferimentos de bala .

(...) Disseram essas menores terem um irmão de 12 anos de idade, chamado Paulo, entregue aqui a pessoa cujo nome ignoram. Que uma outra irmã de nome Maria Francisca de 10 anos de idade, ficou em Queimadas doente de varíola. Que o irmão de 3 anos de nome Antônio, não podendo acompanhar a marcha dos soldados, foi por um destes abandonado na estrada, fato idêntico a muitos que vi e que me forram narrados.

(...) infelizes meninas estão desprovidas de roupa, pelo peço ao Comitê de auxiliá-las, menos quanto à alimentação, porque na minha mesa de pobre que sou, há lugar ainda para as 2 infelizes.

Grato sempre a honrosa confiança e estima com que me distingues me assino vosso colega e amigo – Lélis⁶⁰.

Em janeiro do ano seguinte, sabemos, também através do jornal, que um irmão e um tio das meninas chegaram a Salvador para buscá-las. Teresa e Maria Francisca, já localizada e também sob os cuidados do Comitê, seguem com a família, mas Valeriana permanece na casa de Lelis Piedade a fim de estudar.

No triste embate de realidades díspares que se olharam pela ótica da desigualdade que foi a guerra de Canudos houve, ainda que tardiamente, a atuação de um grupo de civis que confrontados com os resultados do massacre conseguiram desprender-se de seu ponto de vista inicial, para socorrer também as mulheres e crianças sertanejas. Ainda que, obviamente, este socorro estivesse marcado pela temporalidade em que viviam, pelo estranhamento e pela fé nos ideais republicanos da época: construir a ordem pelo progresso. Euclides deixou registro escrito de sua impressão sobre Canudos:

Canudos tinha apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava⁶¹.

O trecho é um exemplo eloqüente do estranhamento acima referido. Canudos, como afirmou Euclides, era visto como um hiato, um vazio a ser reconquistado. Canudos não podia existir, território onde a república não

⁶⁰ *Jornal da Bahia* de 7 de novembro de 1897.

dominava nem corpos, nem almas, território onde a República era vista, ela sim, como um vazio de significação.

Dentro desta lógica, as crianças se transformam em fronteira simbólica desta conquista. Desterradas, são um duplo: ainda não eram e nem viriam a ser. Não eram efetivamente conselheristas acompanhavam seus pais, mas algumas traziam a marca do vivido, a memória do dias junto ao Conselheiro. Precisavam ser conquistadas, assim como foi o arraial. Foram convertidas, incluídas no processo civilizador. Entre as crianças butim de guerra, os destinos parecem ter sido tão variados quanto foi à distribuição indiscriminada delas, mas arriscaria afirmar que tiveram duas grandes vias de inclusão, ou de tutela: as casas de família e o Estado.

Na maioria dos casos, a inclusão se deu pela redução e pela subordinação pela via do trabalho. No caso das casas de família, muitas foram criadas, crias da casa, da caridade, do pai-patrão. No caso do Estado, foram subordinadas pela pedagogia preventiva do trabalho profissionalizante. Neste sentido, a trajetória do menino Ludgero, cuja trajetória depois da guerra foi possível começar traçar parece destoar. Trazido de Canudos por Euclides, ou nas palavras do escritor, *livre das mãos dos bárbaros* e entregue pelo escritor a Gabriel Prestes, um educador paulista sem filhos, teve acesso à educação das boas letras. Matriculado na escola em que seu tutor era diretor, o jaguncinho mestiço, se torna professor e mais tarde, diretor de escola.

⁶¹ CUNHA.Op Cit. p. 150.